

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.591 - RS (2019/0139311-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : LUIZ FERNANDO DA SILVA
ADVOGADO : GABRIEL DIAS DA SILVA - RS087517

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE NO CURSO DA AÇÃO MAIS VANTAJOSO.

Pode o segurado optar pelo benefício concedido posteriormente pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem prejuízo do recebimento de valores em atraso decorrentes de benefício concedido judicialmente, limitadas as parcelas à data da implantação da aposentadoria na via administrativa" (fl. 31e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO POSTERIORMENTE NA VIA ADMINISTRATIVA. SITUAÇÃO DISTINTA DA DESAPOSENTAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. A integração da decisão colegiada somente é possível quando se verificar qualquer das situações previstas no art. 1.022 do CPC.
2. O juiz não está obrigado a analisar todos os precedentes cujos fundamentos aparentem possuir alguma relação com o caso sob julgamento e que sequer foram invocados pelas partes, especialmente quando a semelhança é ilusória, dada a distinção entre as situações examinadas em cada hipótese" (fl. 55e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 927, III, do CPC/2015 e 18, § 2º, da Lei 8.213/91, sustentando:

"Trata-se de discussão em fase de execução de sentença. O Exequente, ora Recorrido, sustentou que, quando do ingresso da ação originária, não se encontrava em gozo de aposentadoria. Aduziu que, em face da resistência injustificada do INSS, ora Recorrente, foi obrigado a permanecer em atividade para garantir o sustento próprio e da sua família, e a contribuir para o RGPS por mais tempo. Posteriormente, com tempo de contribuição superveniente ao primeiro requerimento, o INSS deferiu-lhe a aposentadoria. Quando já recebia a aposentadoria deferida na via administrativa, o INSS restou condenado em juízo a conceder-lhe aposentadoria com data de início-DIB mais antiga, mas com renda inferior à da aposentadoria com a DIB mais recente. O Exequente formulou pedido ao juízo da execução, no sentido de que fosse mantida a aposentadoria mais recente e de renda mais elevada e que, concomitantemente, fosse admitida execução dos valores anteriores à DIB desta, referentes à aposentadoria concedida na via judicial.

A decisão em primeira instância indeferiu o pedido da parte exequente de que fosse mantido o benefício concedido administrativamente. Contudo, o Exequente resolveu agravar da decisão.

(...)

Em segunda instância, a Colenda Turma decidiu que a parte Autora poderá executar as parcelas de aposentadoria obtida na via judicial, vencidas entre a sua data de início-DIB e a DIB do benefício mais recente, obtido na via administrativa, sem que este último tenha de ser cessado.

O INSS opôs embargos de declaração ao acórdão, mas o Tribunal a quo os acolheu apenas para fins de prequestionamento.

No entanto, assim decidindo, o acórdão recorrido violou a regra que veda a utilização de contribuições posteriores à aposentadoria para obter nova aposentadoria (Lei n. 8.213/1991, art. 18, § 2º) e a regra que manda os tribunais observarem os acórdãos em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos (CPC/2015, art. 927, III).

(...)

Convencionou-se chamar de 'desaposentação' a possibilidade de renúncia a benefício de aposentadoria, com a utilização do tempo de serviço ou contribuição que fundamentara a prestação previdenciária originária, para a obtenção de benefício mais vantajoso em nova aposentadoria (STF, Informativo 762).

No caso dos autos, o valor das parcelas pretéritas refere-se a um período em que houve contribuições já utilizadas para outro benefício, atualmente em manutenção. Uma vez que a percepção de um benefício

é incompatível com a utilização das contribuições vertidas no mesmo período (Lei 8.213/1991, art. 18, § 2º), a parte Autora deve previamente fazer sua opção: (a) ou continuar com seu benefício atual, e não executar a sentença; ou (b) executar a sentença e abrir mão de seu benefício atual.

Qualquer decisão em sentido contrário viola a Lei n. 8.213/1991, art. 18 § 2º, bem como desafia a autoridade da decisão do STF no Tema 503.

O processo judicial é um instituto de direito processual voltado à efetivação do direito material. Quando não se consegue estabelecer o nexo existente entre o processo e o direito material, se 'acaba por aniquilar esse direito' (J. I. B. MESQUITA, Da ação civil, 1973, p. 77).

A garantia do devido processo legal (CRFB/1988, art. 5º XXXV e LIV) engloba esse aspecto, conforme reconhecido pela doutrina:

O segundo enfoque do devido processo adjudica-lhe um valor instrumental, como um mecanismo adequado para assegurar que as leis sejam aplicadas de forma imparcial e equânime. (G. F. MENDES, Comentários à Constituição do Brasil, 2013, p. 429)

(...)

E o quê o direito material prevê para a situação do segurado?

Segundo o direito material, o segurado teria direito ou ao benefício do primeiro requerimento ou ao do segundo requerimento, jamais a ambos e jamais a uma parte de um e outra parte de outro.

Isso é assim porque a Lei n. 8.213/1991, art. 18 § 2º—por razões exaustivamente expostas pelo STF no julgamento do Tema 503—impede que se conte as contribuições vertidas durante a aposentadoria para a obtenção de outro benefício. Diz a lei:

(...)

O segurado que teve reconhecido o direito ao benefício na DIB mais antiga, pode executar a sentença, mas o fazendo terá de deixar de receber o benefício da DIB mais recente, caso contrário estará em gozo de benefício decorrente de contribuições vertidas em período abrangido por uma aposentadoria.

O argumento, por vezes encontrado nas decisões judiciais, de que o pagamento dos atrasados não equivale ao gozo da aposentadoria e, portanto, não impede o cômputo das contribuições recolhidas no período correspondente, não procede. Ele não procede, porque 'a execução forçada dirige-se ao cumprimento de uma prestação. Essa relação entre direito material e processo é fundamental para a compreensão do fenômeno executivo.' (DIDIER, Curso de Direito

Processual 5, 2014, p. 26). No caso da execução de sentença que condena à concessão de benefício previdenciário, a prestação consiste justamente no pagamento mensal da renda devida, sendo que as parcelas referentes às competências passadas devem ser pagas de uma única vez, mas são sempre parcelas daquele benefício que a sentença reconheceu como devido.

Para que isso fique claro, basta lembrar que na execução da sentença referente a uma aposentadoria, as parcelas de um auxílio-doença recebido pelo segurado, referentes ao mesmo período, devem ser descontadas do cálculo, pois é proibido o recebimento conjunto de 'aposentadoria e auxílio-doença' (Lei n. 8.213/1991, art. 124, I). O mesmo princípio justifica, por exemplo, que (a) o cálculo cesse na data do óbito do segurado ou na data que o pensionista perde a qualidade de dependente e que (b) o cumprimento da sentença que condena ao pagamento do IPTU quita o próprio débito fiscal (obrigação de direito material). Em qualquer desses casos, é completamente desnecessário que a sentença tenha feito previsão a respeito, pois basta a disciplina da matéria pelo direito material.

Tudo isso demonstra que o que ocorre na execução é a atuação prática do direito material reconhecido, e não mero pagamento de valor desvinculado das relações jurídicas subjacentes.

Se o segurado sem processo judicial estivesse em gozo do benefício com DIB mais antiga, jamais poderia pleitear o benefício com DIB mais recente: é o que decidiu o STF no Tema 503. O segurado com processo judicial, caso opte por executar a sentença que lhe dá direito ao benefício com DIB mais antiga, estará se colocando voluntariamente na situação de não poder gozar o benefício com DIB mais recente. Essa é uma decisão que cabe ao exequente (CPC/2015, art. 513, § 1º), que pode executar ou deixar de executar o título conforme lhe for mais vantajoso ou mais adequado às suas necessidades financeiras (receber atrasados agora e renda mensal menor daqui em diante x não receber atrasados e permanecer com uma renda mensal maior).

Mas o exequente não pode simplesmente executar a parte do título que lhe assegura os atrasados e deixar de executar a parte que determina a concessão do benefício. A razão disso é que o primeiro depende do segundo. Conforme visto, o pagamento dos atrasados não está 'solto no ar': ele é decorrência de um benefício, ele se refere a um benefício, ainda que a concessão do benefício decorra de decisão judicial.

A relação jurídica preexistente é reconhecida pela carga declaratória da sentença e a sua recomposição é imposta pela carga condenatória.

Somente a sentença constitutiva modifica uma relação jurídica (BEDAQUE, Efetividade do processo, 2006, p. 521), mas esse não é o caso dos autos. Isso quer dizer que é necessário raciocinar com base nas relações jurídicas preexistentes, tal como reconhecidas em juízo, de forma a garantir ao vencedor da demanda tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter (Chiovenda), nem mais, nem menos.

(...)

O CPC/2015, no seu artigo 927, determina que juízes e tribunais observem os acórdãos em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivo.

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: [...] III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

O Tribunal Regional, mesmo depois de provocado em Embargos de Declaração, continuou se recusando a observar o decidido pelo STF no RE 661.256/SC. Conforme é de conhecimento geral, o STF, no julgamento dos Recursos Extraordinários do Tema 503, adotou a seguinte tese:

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à ‘desaposentação’, sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91. (STF, RE 661.256/SC, andamento processual, 27.10.2016)

Apesar de o acórdão ainda não ter sido publicado, os Informativos do STF fazem referência a todos os votos. Destaca-se, do Informativo 765/STF, a referência ao voto do Min. Dias Toffoli, relator para o acórdão:

(...)

Conforme se percebe, se o benefício com DIB mais antiga for pago, sem ilicitude, não há como retirá-lo do mundo jurídico. Logo, durante o período ao qual corresponde o pagamento, incide a vedação da Lei n. 8.213/1991, art. 18 § 2º, o que torna indevido o benefício de data de início posterior. O C. tribunal a quo não observou o precedente repetitivo, logo, contrariou o CPC/2015, art. 927.

(...)

Por cautela, cabe adiantar que o INSS não desconhece a jurisprudência do STJ no sentido da tese adotada pelo acórdão recorrido. Contudo, o que não foi observado pelo r. acórdão recorrido é que toda a jurisprudência do STJ sobre o tema é anterior ao julgamento do Tema

503 pelo STF, em 26/10/2016.

O acórdão mais recente do STJ sobre o tema, pelo que o INSS pode constatar, é o do AgInt no AREsp 871.964/SP, julgado em 07/06/2016. Nesse acórdão, o STJ parte das premissas de que (a) o benefício previdenciário é renunciável; e (b) o tempo de contribuição ocorrido durante a percepção de um benefício pode ser utilizado para requerer um benefício melhor.

[Premissa] VI. Remansosa é a compreensão firmada, no STJ, no sentido de que, por se tratar de direito patrimonial disponível, o segurado pode renunciar à sua aposentadoria, com o propósito de obter benefício mais vantajoso, no Regime Geral de Previdência Social ou em regime próprio de Previdência, mediante a utilização de seu tempo de contribuição, sendo certo, ainda, que tal renúncia não implica a devolução de valores percebidos (STJ, REsp 1.334.488/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 14/05/2013, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/73).

[Conclusão] VII. Nessa linha, reconhecido o direito de opção e a desnecessidade de devolução dos valores recebidos, afigura-se legítimo o direito de execução dos valores compreendidos entre o termo inicial fixado, em Juízo, para a concessão da aposentadoria, cujo direito foi reconhecido judicialmente, e a data do início do segundo benefício, mais vantajoso, concedido na via administrativa, no curso da ação judicial.

[...] (AgInt no AREsp 871.964/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 16/06/2016)

Ocorre que a jurisprudência do STJ parte de premissas que posteriormente foram afastadas pelo STF, no julgamento do Tema 503. O r. acórdão recorrido, que não observou esse ponto e continuou citando os precedentes do STJ, incidiu em descon sideração da autoridade do precedente do STF (ato passível de Reclamação, cf. CPC/2015, art. 988, § 5º, II).

Estava correta a jurisprudência mais antiga, que deve agora voltar a ser aplicada:

[...] O que não se pode admitir é que a Autora mantenha a aposentadoria da forma concedida em 2005 e, simultaneamente, obtenha os efeitos financeiros da aposentadoria que lhe poderia ter sido paga desde 2003, em dupla vantagem. Pertinente, no ponto, a irrisignação do INSS. Ou se retroage o benefício, com a elaboração de novos cálculos de contribuição e do salário de

benefício, desconsiderando as contribuições/tempo de serviço posteriores; ou se mantém a aposentadoria concedida em 2005, da forma então calculada, e nada mais é devido. [...] (STJ, RESP 1.280.800/RJ, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, monocrática, julg. 03/12/2012)

Por mais esta razão, o acórdão recorrido merece reforma.

(...)

Em suma, o acórdão que autoriza o autor a executar valores referentes a um benefício e continuar recebendo a renda de outro benefício, em situação vedada pelo direito material, (a) viola a Lei n. 8.213/1991, art. 18 § 2º, dispositivo legal que veda a utilização—para obtenção de uma aposentadoria—de contribuições vertidas em período correspondente a outra aposentadoria; e (d) afronta o decidido pelo STF no Tema 503, pois desconsidera sua ratio decidendi e sua conclusão" (fls. 62/66e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade a lei federal (Lei n. 8.213/1991, art. 18, § 2º, e CPC/2015, art. 927, III), o INSS pede seja o recurso conhecido e provido, a fim de que (a) seja modificado o acórdão recorrido, de maneira a restabelecer a decisão de primeiro grau; e (b) sejam majorados os honorários devidos pela recorrida, levando em conta que o INSS teve de recorrer até o E. STJ para solução da controvérsia" (fl. 66e).

Sem contrarrazões.

Inadmitido o Recurso Especial, foi interposto o presente Agravo.

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, "decisão que determinou a intimação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que apresentasse a conta das parcelas vencidas do benefício concedido no julgado até a implantação da aposentadoria auferida na via administrativa. (...) Sustenta o agravante, em síntese, a impossibilidade de liquidação das parcelas decorrentes da condenação imposta nos autos da ação principal com manutenção do benefício posteriormente concedido no âmbito administrativo" (fl. 32e).

Foi negado provimento ao Agravo, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida no art. 927, III, do CPC/2015, sequer implicitamente foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser

conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. **A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.**

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Assim, à míngua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Mesmo que assim não fosse, ressalte-se que a decisão do STF em julgamento de recursos extraordinário repetitivos deve ser observada neste Superior Tribunal de Justiça (art. 927, III, do CPC/2015).

Ocorre que, **in casu**, a despeito do esforço argumentativo da parte recorrente, a questão posta nos autos não se confunde com "desaposentação" (Tema 503 - "No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91"), uma vez que, quando concedido administrativamente o benefício, a parte ora recorrida não se encontrava aposentada pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, ao mesmo tempo que permanecia em atividade sujeita a este Regime, nem a ele retornava.

Ainda que possível fosse ultrapassar os óbices supra, melhor sorte não assistiria a parte recorrente, porquanto a tese recursal está em completa dissonância dos

precedentes desta Corte, no sentido de que se afigura legítimo o direito de execução dos valores compreendidos entre a data de entrada do pedido de aposentadoria, cujo direito foi reconhecido judicialmente, e a data de início do benefício concedido na via administrativa, mais vantajoso.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE NO CURSO DA AÇÃO, MAIS VANTAJOSO. EXECUÇÃO DAS PARCELAS ATRASADAS DO BENEFÍCIO POSTULADO EM JUÍZO. POSSIBILIDADE. TESE QUE NÃO SE CONFUNDE COM A DESAPOSENTAÇÃO.

1. O segurado que tenha acionado o Poder Judiciário em busca do reconhecimento do seu direito à concessão de benefício previdenciário faz jus a executar os valores decorrentes da respectiva condenação, ainda que, no curso da ação, o INSS tenha lhe concedido benefício mais vantajoso.

2. Com efeito, remanesce o interesse em receber as parcelas relativas ao período compreendido entre o termo inicial fixado em juízo e a data em que o INSS procedeu à efetiva implantação do benefício deferido administrativamente, o que não configura hipótese de desaposentação. Precedentes: AgInt no REsp 1.740.006/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/11/2018; REsp 1.740.071/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 31/10/2018; AgInt no REsp. 1.743.239/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 23/8/2018.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.341.332/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/02/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO

CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Caso no qual o Autor, que não se encontrava em gozo de aposentadoria, ingressou em juízo em face da resistência injustificada do INSS em conceder-lhe o benefício, sendo obrigado a permanecer em atividade para garantir o sustento próprio e da sua família e a contribuir para o RGPS por mais tempo.

III - Concessão administrativa de aposentadoria por tempo de contribuição no curso da ação e posterior condenação do INSS, em juízo, a conceder-lhe a aposentadoria com data de início - ADIB mais antiga, mas com renda inferior à da aposentadoria com a ADIB mais recente.

IV - Pretensão de execução judicial do benefício, considerando o tempo anterior à data da concessão administrativa, com a manutenção da aposentadoria mais recente e de renda mais elevada.

V - Possibilidade de manutenção do benefício concedido administrativamente no curso da ação e, concomitantemente, a execução das parcelas do benefício postulado na via judicial até a data da implantação administrativa. VI - Não caracterização da hipótese de desaposentação, prevista no art. 18, § 2º, da Lei n. 8.213/91, porquanto: 1) o Autor requereu o benefício de aposentadoria na via administrativa e, ante à negativa pelo INSS, buscou o reconhecimento judicial da pretensão; no curso da demanda, a Autarquia concedeu administrativamente o benefício.

Não se trata, portanto, de segurado aposentado que continuou a exercer atividades sujeitas ao RGPS, mas de trabalhador ativo cuja aposentadoria foi negada na via administrativa. Tal situação não se confunde com a chamada 'desaposentação', pois nesta o INSS concede administrativamente o benefício e o segurado (aposentado) socorre-se do Poder Judiciário com o intuito de cancelá-lo; 2) trata-se de cumprimento de título judicial que reconheceu o direito à aposentadoria em data anterior à considerada pelo INSS, e não de pedido de novo benefício, como ocorre na desaposentação, na qual o segurado pretende cancelar um benefício que já recebe e requerer outro melhor; e 3) a desaposentação implica inclusão de tempo posterior à aposentadoria, com o objetivo de melhorar o valor da renda mensal

inicial, o que não é o caso, em que o Judiciário determinou a inclusão, no cálculo da RMI, de tempo anterior à data da concessão administrativa do benefício.

VII - Se a Autarquia previdenciária houvesse concedido a aposentadoria na época devida, o segurado não faria jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício da atividade posterior. No entanto, não foi o que ocorreu, pois o INSS não concedeu a devida aposentadoria na época própria, obrigando o segurado, além de provocar o Poder Judiciário para reconhecer seu direito, a continuar trabalhando por vários anos para buscar o indispensável sustento, quando este já deveria estar sendo assegurado pela Autarquia previdenciária.

VIII - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IX - Honorários recursais. Não cabimento. X - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

XI - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.739.008/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/12/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. RAZÕES DESASSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARGUMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. A argumentação deficiente decorrente da apresentação de razões desassociadas da narrativa e dos fundamentos adotados no acórdão recorrido no trato da controvérsia são situações que dificultam ou não permitem a exata compreensão da controvérsia. Aplicação do teor da Súmula 284/STF.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, 'reconhecido o direito de opção pelo benefício mais vantajoso concedido administrativamente, no curso de ação judicial em que se

reconheceu benefício menos vantajoso, é possível a execução das parcelas do benefício postulado na via judicial até a data da implantação administrativa' (AgInt no REsp 1.743.597/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, 30/8/2015).

3. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no REsp 1.741.472/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/11/2018)

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RETORNO DOS AUTOS PARA FINS DO ART. 543-B, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC. RETRATAÇÃO. ART. 1.040, II, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NCPC. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO RE N. 661.256/SC. DESAPOSENTAÇÃO. INAPLICABILIDADE. TEORIA DO DISTINGUISHING. QUESTÃO DE ORDEM. REJULGAMENTO DO CASO. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE. MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIO MAIS BENÉFICO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXECUÇÃO DE PARCELAS DE BENEFÍCIO CONQUISTADO NA VIA JUDICIAL. LIMITADO À DATA DA IMPLANTAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Afasta-se a aplicação da orientação adotada no RE 661.256/SC, face à ausência de similitude fática, em observância à teoria das distinções (distinguishing), pois não se trata do instituto da desaposentação, mas caso de execução de parcelas de benefício previdenciário conquistado judicialmente e opção por benefício previdenciário mais benéfico concedido administrativamente, aquele limitado à data da implantação na via administrativa.

2. A jurisprudência desta Corte entende possível a manutenção do benefício concedido administrativamente no curso da ação judicial e, concomitantemente, a execução das parcelas do benefício reconhecido na via judicial, limitado à data de implantação do benefício na via administrativa.

3. Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.019.099/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe de 28/11/2018)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA MAIS VANTAJOSA CONCEDIDA NA VIA ADMINISTRATIVA. DIFERENÇAS DE BENEFÍCIO RECONHECIDO NA VIA JUDICIAL. EXECUÇÃO.

POSSIBILIDADE.

1. É legítimo o direito de executar os valores relativos a aposentadoria concedida judicialmente, desde que observado o lapso entre a data de entrada do seu requerimento e a de início do segundo benefício, acolhido na via administrativa.
2. A execução de diferenças reconhecidas na via judicial não se confunde com o instituto da desaposentação, matéria decidida pelo STF no RE-RG n. RE-RG n. 661.256/SC.
3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.431.581/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/11/2018)

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECONHECIDO NA VIA JUDICIAL. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DO INSS CONCEDENDO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO. CONCOMITANTE EXECUÇÃO DE VALORES RELATIVOS AO BENEFÍCIO CONQUISTADO JUDICIALMENTE. POSSIBILIDADE.

1. O segurado que tenha alcançado em juízo determinado benefício previdenciário possui o direito de executar os valores daí decorrentes, ainda que, no curso da ação, tenha conquistado benefício mais vantajoso na seara administrativa, ou seja, por direta concessão do INSS. Tal execução terá por termo final a data do início do benefício mais vantajoso. Precedentes.
2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.743.239/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/08/2018)

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA OBTIDA NA VIA JUDICIAL. NOVO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. DESNECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PERCEBIDOS. EXECUÇÃO JUDICIAL DAS PARCELAS ATRASADAS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ consolidou a orientação de que o segurado que tenha acionado o judiciário em busca do reconhecimento a benefício previdenciário possui direito de executar os valores decorrentes da respectiva condenação, ainda

que, no curso da ação, o INSS tenha concedido ao autor benefício mais vantajoso. Com efeito, remanesce o interesse do segurado em receber parcelas inerentes ao período compreendido entre o termo inicial fixado em juízo e a data em que o INSS haja procedido à efetiva implantação do benefício deferido administrativamente.

Nesse sentido: AgRg no REsp 1.387.241/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 8/4/2014, AgRg no REsp 1.234.529/RS, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Sexta Turma, DJe 20/11/2013, e REsp 1.554.901/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 2/2/2016.

2. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.705.486/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/11/2018)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO. CONCESSÃO JUDICIAL. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA SUPERVENIENTE MAIS VANTAJOSA. EXECUÇÃO PARCIAL CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTO INATACADO. REITERAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. MULTA. HONORÁRIOS RECURSAIS.

1. A decisão agravada consignou expressamente a possibilidade de execução parcial dos valores obtidos judicialmente de forma concorrente com o gozo do benefício mais vantajoso obtido administrativamente no curso do processo, na linha de precedentes.
2. As razões do agravo reiteram argumentos já afastados, incidindo no caso a Súmula 182/STJ.
3. A hipótese configura agravo manifestamente incabível a atrair a incidência da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.
4. Publicada a decisão combatida na vigência do atual CPC, forçoso é que sejam fixados honorários recursais. Precedentes.
5. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no REsp 1.511.464/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2017)

Nessa linha, destaco, entre outros, as seguintes decisões: STJ, REsp 1.721.011/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 21/02/2018; STJ, REsp 1.716.068/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/02/2018.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

